

Olhar interdisciplinar da sustentabilidade na busca de fontes de informação sobre a água no Brasil

Interdisciplinary look at sustainability in searching sources of water information in Brazil

Celeste Aída Sirotheau Corrêa Jannuzzi (*in memoriam*)¹  <https://orcid.org/0000-0002-0338-9678>
Cibele Roberta Sugahara¹  <https://orcid.org/0000-0002-3481-8914>
Denise Helena Lombardo Ferreira¹  <https://orcid.org/0000-0002-3138-2406>
Orandi Mina Falsarella¹  <https://orcid.org/0000-0002-2200-5094>
Duarcentes Ferreira Mariosa¹  <https://orcid.org/0000-0001-6552-9288>

Resumo

O presente estudo tem por objetivo identificar conteúdos formais relacionados à água no Brasil, no intuito de assinalar e reunir fontes de informação qualificadas disponíveis na Internet que possam orientar, auxiliar e fomentar a discussão sobre recursos hídricos face aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. O artigo, em sua introdução, discorre sobre a sustentabilidade como uma área interdisciplinar emergente que busca reunir uma variedade de disciplinas institucionalizadas para a formulação de um olhar mais articulado no campo do conhecimento. Em seu desenvolvimento, disserta sobre as ações empreendidas pela sociedade em prol da sustentabilidade, com destaque para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, e discorre sobre a importância da água e dos recursos hídricos para o planeta e a condição em que, hoje, se encontram. Destaca a informação como fator de desenvolvimento sustentável da sociedade e sobre a importância de se conhecer as fontes de informação sobre recursos hídricos disponíveis na Internet. Trata-se de uma pesquisa documental, nas qual se procura identificar na Internet, fontes de informação formais sobre recursos hídricos, cujos dados estejam relacionados ao conteúdo apregoado nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, mais especificamente, com o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 06. Como resultado, apresenta-se uma lista de fontes de informação que disponibiliza conteúdos possíveis de serem utilizados para auxiliar o direcionamento das discussões sobre recursos hídricos na sociedade, de forma geral.

Palavras-chave: Desenvolvimento sustentável. Fontes de informação. Internet. Recursos hídricos.

Abstract

The present study aims to identify formal content related to water in Brazil, in order to point out and gather qualified sources of information available on the Internet that can guide, assist and encourage the discussion of water resources in relation to the Sustainable Development Goals. In its introduction the article discusses sustainability as an emerging interdisciplinary area that seeks to bring together a variety of institutionalized disciplines for the formulation of a more articulated view in the field of knowledge. In its development, it expatiates on the actions taken by society in favor of sustainability, with emphasis on the Sustainable Development Goals, and on the importance of water and water resources for the planet and the condition in which they are today. It highlights information as a factor for the sustainable development of society and the importance of knowing the sources of information on water resources available on the Internet. It is a documentary research, in which it is sought to identify on the Internet, formal sources of information on water resources, whose data are related to the content proclaimed in the Sustainable Development Goals, more specifically, with Sustainable Development Goal 06. As a result, a list of information sources in general that provide content that can be used to help guide discussions about water resources in society is presented.

Keywords: Sustainable development. Information sources. Internet. Water resources.

¹ Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas), Centro de Economia e Administração, Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Sustentabilidade. R. Prof. Dr. Euryclides de Jesus Zerbini, 1516, Parque Rural Fazenda Santa Cândida, 13087-571, Campinas, SP, Brasil. Correspondência para/Correspondence to: C.R. SUGAHARA. E-mail: <ppgs.cea@puc-campinas.edu.br>.

Introdução

A especialização do conhecimento – instituída, principalmente, a partir do século XIX e que culminou com a ciência nos moldes conhecidos pela sociedade no século XX – permitiu, sem dúvida, um avanço significativo da ciência, mas também sua progressiva fragmentação (Burke, 2003; Pombo, 2006). No entanto, essa fragmentação desperta uma outra necessidade: a de relacionar os diferentes campos do conhecimento para que se possa elucidar fenômenos que em uma única área carece de outras explicações para sua compreensão (Pombo, 2006). É nesse contexto que surge o discurso sobre a interdisciplinaridade das disciplinas que se constitui como uma área de estudo que responde à ciência na expansão dos conhecimentos.

A interdisciplinaridade traduz-se na constante emergência de novas disciplinas que não são mais do que a estabilização institucional e epistemológica de rotinas de cruzamento de disciplinas. Este fenômeno, não apenas torna mais articulado o conjunto dos diversos “ramos” do saber (depois de os ramos principais se terem constituído, as novas ciências, resultantes da sua subdivisão sucessiva, vêm ocupar espaços vazios), como o fazem dilatar, constituindo mesmo novos espaços de investigação, surpreendentes campos de visibilidade (Pombo, 2006, p. 210).

As palavras da autora remetem a um campo de discussão no qual se reconhece interdisciplinaridade na ciência e a presença de diferentes “ramos do saber”, entre eles o da sustentabilidade. Reconhecida como uma área de estudo, a sustentabilidade é caracterizada pela heterogeneidade no seu entendimento, decorrente do conhecimento diversificado de seus estudiosos (Nista *et al.*, 2020).

A sustentabilidade encerra em seu conceito dimensões econômicas, sociais e ambientais, pelas quais busca reunir conhecimentos para “manter o crescimento econômico eficiente (sustentado) no longo prazo, acompanhado da melhoria das condições sociais (distribuição de renda) e respeitando o meio ambiente” (Romeiro, 2012, p. 69). Esse olhar multidimensional da sustentabilidade, indubitavelmente, acontece sob a égide do discurso do conhecimento científico interdisciplinar, pelo qual está sendo construída como disciplina para se consolidar como uma nova ciência.

Os estudos desenvolvidos nessa área do conhecimento têm se intensificado e assumido uma relevância especial devido às situações preocupantes – até mesmo alarmantes – vivenciadas nos últimos anos no planeta Terra nas diferentes dimensões: ambientais, sociais e econômicas. Em prol da sustentabilidade, observa-se movimentos significativos na sociedade em geral, com destaque para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, conjunto de 17 objetivos e 169 metas globais, acordadas pela Assembleia Geral das Nações Unidas.

Sob esse prisma, tomar consciência sobre a importância da água e dos recursos hídricos para o planeta e, acima de tudo, sobre a condição em que estes se encontram hoje,

apresenta-se como um evento necessário e inadiável para toda a sociedade. Definitivamente, é célere que a sociedade se torne consciente em relação aos recursos hídricos, seja na vida rotineira da população, seja nas tomadas de decisão sobre a exploração e conservação destes recursos por parte de organizações nos diferentes setores da economia.

No âmbito dessa discussão, vale ressaltar que apreender o significado da sustentabilidade implica, prioritariamente, em trazer informações que contribuam para a geração de conhecimentos que devem nortear as ações da sociedade em um contexto amplo de atuação. No entanto, esse acesso à informação não se configura como algo simples, pois o simples fato de informar não determina que a comunicação se concretize, pois esta traz características muito mais complexas (Wolton, 2010). Nesse contexto, a comunicação se faz necessária, uma vez que é construída no processo de emissão e recepção da informação.

Observa-se atualmente, mais do que qualquer outro momento da história, que a sociedade tem acesso a um grande volume de informações, inclusive com um custo mais baixo, por meio da Internet. Entretanto, o que poderia ser um elemento facilitador na conscientização da sociedade para o desenvolvimento sustentável, torna-se um desafio ao se considerar a abrangência do conceito de sustentabilidade (Araújo; Inomata; Varvakis, 2014).

Não há dúvida sobre a facilidade inquestionável que as tecnologias de informação e comunicação, como a Internet ou mesmo o uso de recursos inteligentes (Inteligência Artificial) para buscas, possam auxiliar o indivíduo a encontrar os dados. Entretanto, quando se fala em informação em um processo de comunicação, deve-se atinar que isto vai além da localização e combinação de dados. Destaca-se que, ainda que o passo inicial do processo de comunicação seja a localização dos dados, cujo acesso a estes irá caracterizar a informação para o indivíduo, a dúvida que aqui se levanta incorre sobre o conhecimento e discernimento deste indivíduo sobre as fontes e o conteúdo selecionados.

Partindo do princípio de que a busca de informação deve ter uma referência inicial que permita ao indivíduo ganhar conhecimento sobre o assunto e considerando-se que o volume de informações disponíveis na Internet ganha proporções ainda mais complexas diante da abrangência do conceito de sustentabilidade, faz-se a seguinte questão: quais fontes de informação na Internet devem ser consideradas como referências na temática recursos hídricos no Brasil?

Assim, a partir do contexto exposto, o presente estudo tem por objetivo identificar conteúdos formais relacionados à água no Brasil, no intuito de assinalar e reunir fontes de informação qualificadas disponíveis na Internet que possam orientar, auxiliar e fomentar a discussão sobre recursos hídricos face aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

A importância desta pesquisa, que tem o intuito de apresentar e rotular fontes de informação sobre recursos hídricos, é justificada pela reunião e seleção de fontes de informação formais e qualificadas sobre o tema em questão, contribuindo, desta forma, para o desenvolvimento de estudos em sustentabilidade, principalmente em sua fase inicial.

Materiais e Métodos

A pesquisa, de abordagem qualitativa, é desenvolvida a partir de uma pesquisa documental (Richardson, 2017; Gil, 2019) sobre sites de instituições formalmente consolidadas no Brasil, cujo tema seja pertinente a estudos relacionados à água e aos recursos hídricos. A busca foi orientada por palavras-chave definidas sob o rótulo *principal* como água e recursos hídricos, que, por conseguinte, foram combinadas com termos definidos sob o rótulo qualificação como lei, qualidade, reservatórios, chuva *etc.* O critério adotado para a seleção inicial das fontes de informação apresentadas nos resultados é o de estar estreitamente relacionada aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), mais especificamente o ODS 06 - Água potável. Os critérios para a avaliação e qualificação das fontes na seleção incluem dados da instituição geradora do site; nível de detalhamento e/ou desenvolvimento das informações; autoridade do produtor da fonte e a validade dos dados; e nível do tratamento do assunto, no caso deste estudo, recursos hídricos.

A seleção das fontes é apresentada em um quadro, cuja organização se dá pelos grandes temas definidos para a pesquisa. A característica descritiva da pesquisa é observada na leitura de cada fonte de informação identificada na Internet, cujo conteúdo do site é exposto de forma sumária para facilitar a identificação dos dados. Para cada fonte de informação é apresentada a sua *Uniform Resource Locator* (URL).

Sustentabilidade, desenvolvimento sustentável e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

Na busca por se compreender o significado de sustentabilidade, é comum encontrar diferentes definições para o termo, pois “sustentabilidade é um conceito em construção na sociedade civil há muito pouco tempo, de modo que ainda há diversas compreensões sobre seu significado” (Neiman; Barros-Freire; Leitão, 2020, p. 13). Até o final dos anos 1970, a palavra sustentabilidade era usada apenas pela biologia, pelos pesquisadores especializados em biologia populacional (Veiga; Zatz, 2008).

O Tripé da Sustentabilidade (*Triple Bottom Line*), evidenciado por Elkington na década de 1990, trata dos três pilares da sustentabilidade – ambiental, econômica e social. Para Elkington (2012, p. 52) “a sustentabilidade é o princípio que assegura que nossas ações de hoje não limitarão a gama de opções econômicas, sociais e ambientais disponíveis para as futuras gerações”. Contudo, há uma variedade maior de dimensões, como: social, cultural, ecológica, ambiental, territorial, econômica, política nacional e política internacional (Sachs, 1993; 2000). Já a Agenda 21 brasileira, promulgada em 1997, considera como dimensões da sustentabilidade – geoambiental, social, econômica, político-institucional e informação e conhecimento (Brasil, 2002). Perante tantas dimensões, a avaliação da sustentabilidade constitui-se como uma ação necessária para orientar decisões que permitam alcançar o Desenvolvimento Sustentável.

No Brasil há uma carência de legislações para avaliar a sustentabilidade. Sob esse prisma, torna-se necessário usar sistemas mais transversais para não incorrer em decisões equivocadas, pois a dimensão ambiental pode concorrer com a dimensão econômica, tendo em vista que o crescimento econômico pode ocorrer por intermédio de negociações, muitas vezes, não levando em conta os aspectos sociais e ambientais, o que inviabiliza o desenvolvimento.

Considerar apenas o desenvolvimento econômico pode gerar fragilidade, pois desenvolvimento não é sinônimo de crescimento econômico. Ou seja, crescer economicamente acarretando desastres ao meio ambiente e como consequência às pessoas, prejudicando o bem-estar da população e deixando muitas vezes sequelas irreparáveis, tal crescimento tem que ser refutado. Para que ocorra desenvolvimento é necessário que a população tenha acesso à saúde, educação, segurança, habitação e cultura, pois dessa forma, ocorrerá a construção sustentável, com agricultura sustentável, sustentabilidade energética, consumo sustentável.

O desenvolvimento sustentável refere-se às relações entre sociedade humana e natureza (Jacobi, 2003) e este é o caminho para alcançar a sustentabilidade (Dovers; Handmer, 1992). A avaliação do bom emprego da sustentabilidade pode ser medida pelos Relatórios de Sustentabilidade, como, por exemplo, os Relatórios de Metas a serem cumpridas até 2015, com os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), que trazem questões como: erradicar a pobreza extrema, qualidade ambiental, indicadores de sustentabilidade, certificações, dentre outras.

Foi em 1987, com a publicação do Relatório Nosso Futuro Comum – ou Relatório Brundtland – que se apresentou o conceito do desenvolvimento sustentável “[...] *to ensure that it meets the needs of the present without compromising the ability of future generations to meet their own needs*” (United Nations, 1987). No ano de 1992, sob a égide desse conceito, em uma reunião realizada na cidade do Rio de Janeiro (Brasil), a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento – também conhecida como Eco-92, Conferência Rio-92 ou, ainda, Cúpula da Terra – foi assinado um documento denominado Agenda 21, considerado como “[...] um processo de participação em que a sociedade, os governos, os setores econômicos e sociais sentam-se à mesa para diagnosticar os problemas, entender os conflitos envolvidos e pactuar formas de resolvê-los, de modo a construir o que tem sido chamado de sustentabilidade ampliada e progressiva” (Novaes, 2003, p. 5).

Diante da responsabilidade assumida, o governo brasileiro inicia a construção de uma Agenda 21 nacional envolvendo os estados nas cinco regiões do país. Os 21 objetivos indicados como ações prioritárias na proposta foram organizados em cinco blocos: (I) A economia da poupança na sociedade do conhecimento; (II) Inclusão social para uma

sociedade solidária; (III) Estratégia para a sustentabilidade urbana e rural; (IV) Recursos naturais estratégicos: água, biodiversidade e florestas; e (V) Governança e ética para a promoção da sustentabilidade (Brasil, 2002).

No ano de 2000, realiza-se uma nova reunião sobre o meio ambiente, denominada Cúpula do Milênio, na qual “[...] é ratificada em assembleia pelos 189 países-membros da ONU, a “Declaração do Milênio” que serviu de base para os ODM estabelecidos em 2001 no “*Road Map towards the implementation of the United Nations Millennium Declaration*” (Carvalho; Barcellos, 2015, p. 10). Assim foram definidos em oito propósitos intitulados Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) que tratam: (1) Erradicar a extrema pobreza e a fome; (2) Alcançar a universalização da educação primária; (3) Promover a igualdade de gênero e empoderar as mulheres; (4) Reduzir a mortalidade de crianças; (5) Melhorar a saúde materna; (6) Combater o HIV/AIDS, a malária e outras doenças; (7) Garantir a sustentabilidade ambiental; (8) Desenvolver uma parceria internacional para o desenvolvimento (Carvalho; Barcellos, 2015).

Entretanto, apesar de todas as iniciativas, os desafios para erradicar a pobreza, promover a igualdade e reduzir a mortalidade infantil perduraram. Dessa forma, no ano de 2012, ocorreu na cidade do Rio de Janeiro a Conferência Rio+20, a congregação de diversos países, de forma que em 2013 teve início várias negociações envolvendo governos, empresas e comunidades, no sentido de promover o desenvolvimento sustentável.

Como consequência dessas negociações ocorreu em 2015, na cidade de Nova Iorque, Estados Unidos, a Cúpula das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável, estabelecendo 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) (vide *Quadro 1*) com 169 Metas. A reunião dos representantes dos diversos países, ocorrida na Cúpula das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável, determinou que os ODS devem orientar as políticas nacionais e as atividades de cooperação internacional até o ano de 2030 (Agenda 2030). De acordo com a Organização das Nações Unidas (2015), a Agenda 2030 leva em consideração cinco dimensões: pessoas, planeta, prosperidade, paz e parceria.

Ao se observar os temas indicados nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, fica evidente que a abrangência que envolve o conceito de sustentabilidade e o de desenvolvimento sustentável aparecem de forma clara no conjunto destes objetivos. As dimensões pessoas, planeta, prosperidade, paz e parceria estão, notadamente, presentes em cada um dos propósitos, como pode ser verificado a seguir (*Quadro 1*).

Quadro 1. Dezessete Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Objetivo	Assunto	Enunciado
ODS 1	Erradicação da pobreza	Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares
ODS 2	Fome zero e agricultura sustentável	Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável
ODS 3	Saúde e bem-estar	Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todas e todos, em todas as idades
ODS 4	Educação de qualidade	Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todas e todos
ODS 5	Igualdade de gênero	Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas
ODS 6	Água potável e saneamento	Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todas e todos
ODS 7	Energia limpa e acessível	Assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia para todas e todos
ODS 8	Trabalho decente e crescimento econômico	Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todas e todos
ODS 9	Indústria, inovação e infraestrutura	Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação
ODS 10	Redução das desigualdades	Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles
ODS 11	Cidades e comunidades sustentáveis	Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis
ODS 12	Consumo e produção responsáveis	Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis
ODS 13	Ação contra a mudança global do clima	Tomar medidas urgentes para combater a mudança climática e seus impactos
ODS 14	Vida na água	Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável
ODS 15	Vida terrestre	Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade
ODS 16	Paz, justiça e instituições eficazes	Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis
ODS 17	Parcerias e meios de implementação	Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2020).

Nota: ODS: Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

A extensa dimensão que caracteriza os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável determina - por vezes, de acordo com o estudo que se pretenda realizar - a adoção de um recorte que permita um aprofundamento sobre o assunto pesquisado. Para o presente estudo, que tem a intenção de discorrer sobre fontes de informação, a opção se dá pelo recorte na dimensão planeta e de forma mais específica no tema água-recursos hídricos, representado pelo ODS 6.

Sustentabilidade relacionada à água

A água é um capital natural e parte de um sistema socioecológico que requer um olhar quanto aos riscos e danos graves ou irreversíveis que podem afetar a sua qualidade e disponibilidade para a sociedade. A condição da sustentabilidade da água depende da biocapacidade do ecossistema para atender em qualidade e quantidade as gerações presentes e futuras.

No contexto brasileiro, a *Organisation for Economic Cooperation and Development – OECD* (2015, p. 31) no documento “Governança dos recursos hídricos no Brasil” ressalta que a água é “um fator limitante para o desenvolvimento econômico, políticas de saúde pública e bem-estar no Brasil” (*Organisation for Economic Cooperation and Development*, 2015, p. 31). Entre os desafios cruciais da gestão da água é premente a necessidade do gerenciamento de riscos ocasionados por inundações, escassez e poluição. Como proposta para conservar o recurso finito água, a *Organisation for Economic Cooperation and Development* (2015, p. 31) defende o direcionamento de ações para a “eficiência do uso da água e à eficiência da sua alocação: a maneira com que a água é alocada entre os usuários” (*Organisation for Economic Cooperation and Development*, 2015, p. 31). Todavia, recomenda olhar para a gestão dos recursos hídricos numa perspectiva estratégica orientada para “o bem-estar econômico e social de forma equitativa, sem comprometer a sustentabilidade dos ecossistemas” (*Organisation for Economic Cooperation and Development*, 2015, p. 31).

Com certeza, um dos desafios para que essa questão possa ser esclarecida depende dos riscos associados à segurança da água. Segundo a *Organisation for Economic Cooperation and Development* é fundamental gerenciar os níveis adequados para a segurança da água. Parte da reflexão sobre sustentabilidade da água realizado pela *Organisation for Economic Cooperation and Development* tem como pressuposto uma visão integrada e sistêmica das intervenções para mitigar os riscos relacionados à segurança hídrica (*Organisation for Economic Cooperation and Development*, 2013).

A constatação de que os custos da insegurança da água têm impactos em mercados globais, pode ser percebida a partir da escassez ou esgotamento da água, como também de possíveis custos de uso adicionais, o que ilustra a extrema importância, nem sempre reconhecida, da gestão dos riscos hídricos.

Por esse prisma, a *Organisation for Economic Cooperation and Development* (2013) destaca quatro categorias de riscos da água que merecem intervenções políticas para o seu enfrentamento, e que sejam sobretudo, orientadas para condições aceitáveis de gerenciamento: (1) Risco de escassez: refere-se à falta de água em quantidade suficiente para suprir a demanda de usos diversos ou escassez por secas; (2) Risco de qualidade inadequada: trata da escassez de água com qualidade adequada para um uso específico; (3) Risco de excesso: relacionado ao transbordamento dos limites normais de um sistema de água ou inundações; (4) Risco de prejudicar a resiliência de sistemas de água doce: excedendo a capacidade da água superficial e subterrânea dos corpos d’água e suas interações com o sistema.

No Brasil, a crise hídrica de 2014 e 2015 revelou fragilidades no tocante à gestão de recursos hídricos e a importância de incluir a segurança hídrica nas agendas setoriais (Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável, 2015). Neste contexto,

o Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS) tem a finalidade de colaborar com o gerenciamento dos riscos hídricos no ambiente empresarial. Para tanto, defende a adoção de um processo organizado de gestão de riscos hídricos com o intuito de minimizar as “vulnerabilidades das organizações em relação ao suprimento de água, conflitos com as comunidades locais e com os demais usuários de recursos hídricos, bem como problemas com o fornecimento de matérias-primas com o ciclo de vida intensivo em água” (Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável, 2015, p. 9).

De modo semelhante, a *Organisation for Economic Cooperation and Development* (2015) propõe um conjunto de ações para as questões hídricas no Brasil (escassez, acesso à água de qualidade, disponibilidade hídrica, proteção às fontes de água, entre outras), que podem incitar o debate de questões políticas sobre a água no âmbito da sustentabilidade. A contribuição do documento é extremamente positiva ao mostrar o que precisa ser realizado para superar os desafios da água para o desenvolvimento no Brasil.

Um dos atos mencionados no documento refere-se a ações pragmáticas para a sustentabilidade da água. Um exemplo é a recomendação da gestão dos múltiplos usos dos reservatórios tendo como base a Lei de Recursos Hídricos de 1997, ao doutrinarem que a toda infraestrutura construída no Brasil deve abarcar os múltiplos usos (*Organisation for Economic Cooperation and Development*, 2015).

Ao destacar em uma das seções do documento “Água: Um fator limitante para o desenvolvimento no Brasil”, a *Organisation for Economic Cooperation and Development* (2015) deixa claro que os aspectos sociais, ambientais e econômicos da sustentabilidade da água são questões ainda não resolvidas. Mas uma das maiores contribuições da comissão está na necessidade de gerenciar os riscos hídricos para a não deterioração da qualidade da água, que numa perspectiva sistêmica afeta o acesso e disponibilidade à água, o meio ambiente e a saúde das pessoas.

Fontes de informação no contexto abrangente da sustentabilidade

Dados, informação e conhecimento são três conceitos estreitamente interligados quando se destaca o papel de cada um em uma comunicação. Esta afirmação pode ser compreendida nas palavras de Fernandez-Molina, ao dizer que “[...] dados são informações em potencial, que somente são percebidos por um receptor se forem convertidos em informação e, esta, passa a converter-se em conhecimento no momento em que produz uma modificação na estrutura de conhecimento de receptor” (Fernandez-Molina, 1994, p. 328).

Partindo dessa explicação, pode-se deduzir que: (a) a geração do conhecimento tem sua origem na informação; (b) que a busca da informação sobre um determinado assunto tem seu início na pesquisa de dados gerados sobre o tema de interesse. Assim, fica evidente que

qualquer pesquisa sobre informação deve, impreterivelmente, iniciar pela busca dos dados, pois são eles as fontes da informação.

A localização de fontes de informação, em nenhum momento da história da humanidade, se configurou como uma tarefa simples de ser realizada. O avanço científico e tecnológico contribuiu significativamente para um grande volume de dados que necessitavam se armazenados, constituindo-se como estoque de conhecimentos (Coelho Neto, 1995).

Nesse contexto de produção das ciências, os princípios de organização do conhecimento em estoques passam a estimular formas de se localizar a informação. A produção de obras de referência, por exemplo, foi idealizada como obra de consulta pelos indivíduos na busca de uma informação específica, facilitando, assim, a localização das obras completas, ou seja, para funcionar como “um atalho para o conhecimento” (Burke, 2003, p. 164).

O aumento no volume de conhecimentos a ser estocado ganha proporções exponenciais com os avanços vivenciados pela sociedade e a preocupação de se recuperar esse conhecimento gerou o uso de diversos suportes como manuscritos, livros impressos, imagens *etc.* Nesse cenário, a informação passa a ser valorizada como o recurso fundamental para a recuperação e a aquisição desses conhecimentos (Rodrigues, 1999).

Ao se analisar os estoques de conhecimento é possível observar que estes, para viabilizar sua localização e recuperação, são estruturados seguindo uma ordem. Todavia, essa organização é feita obedecendo parâmetros que são, simplesmente, importados segundo a origem do conhecimento recebido. Assim, quando um estoque de conhecimento adota uma linguagem mais específica, como é o caso da área científica, o entendimento do usuário é parcial, por não dominar o assunto e a linguagem estabelecidos naquela fonte de informação (Pinheiro, 1991).

Com o aumento crescente dos estoques de conhecimento e a necessidade de que eles, realmente, se constituíssem como fontes de informação para a sociedade, o grande problema que se configurava nesta situação era o acesso: acessos físicos e entendimento da ordem estabelecida para o conhecimento. O advento das tecnologias de informação e comunicação foi a resposta, pois “[...] modificaram radicalmente a qualificação de tempo e espaço entre as relações do emissor, os estoques e os receptores da informação” (Barreto, 2002, p. 73).

O acesso se amplia ainda mais com a Internet, ou mais especificamente, com a *World Wide Web* (www), que permite acessar estoques de conhecimento em diferentes partes do mundo, sem a limitação do espaço. Neste cenário, uma outra questão é apresentada ao usuário: o grande número de fontes de informação disponíveis para ele. A localização das fontes, de certa forma, passa a ser atendida com as tecnologias de informação e comunicação e, no entanto, como identificar a qualidade dessas fontes de informação? Como proceder ao

se considerar o volume de fontes de informação acessíveis pela Internet? Como trabalhar a busca de fonte de informação disponibilizadas na Internet referentes, por exemplo, aos temas água e recursos hídricos?

Para responder a esses questionamentos, relacionando-os ao tema água e recursos hídricos, torna-se importante recorrer ao relatório produzido em 2015 pela *Organisation for Economic Cooperation and Development* (OECD), a Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) e mais de cem entidades de diversos órgãos públicos, ministérios e níveis de governo no Brasil que trata da governança dos recursos hídricos no Brasil. Todos eles instituições que tratam do tema em questão.

Quando se trata da gestão dos recursos hídricos a transparência na divulgação da informação é um requisito primordial para evitar assimetria ou falta de informação para os diversos usuários. A *Organisation for Economic Cooperation and Development* em conjunto com a Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico, em um estudo sobre a governança da água no Brasil, fornece uma relação de “dados para a gestão dos recursos hídricos e para o compartilhamento das responsabilidades pela sua coleta e disseminação” (*Organisation for Economic Cooperation and Development*, 2015, p. 83). Contudo, conhecer as fontes de informações representativas na temática recursos hídricos amplia a possibilidade de uso por diversos atores da sociedade para a governança da água. A *Organisation for Economic Cooperation and Development* explica que “mesmo quando a informação está disponível, ela deve ser compartilhada em todos os níveis de governo para capitalizar sobre os centros de conhecimento individuais, criando assim um conjunto mais forte” (*Organisation for Economic Cooperation and Development*, 2015, p. 83).

Partindo desse contexto, a escolha das fontes de informação sobre recursos hídricos neste estudo baseou-se na forte recomendação da *Organisation for Economic Cooperation and Development* (2015, p. 85) quanto a necessidade de considerar as informações provenientes, pelo menos (a) de instituições responsáveis pela gestão dos recursos hídricos (a Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico e os órgãos gestores estaduais correspondentes), com relações e colaboração mais estreitas viabilizadas pelo Pacto das Águas e a criação das salas de situação; (b) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), pois ele produz dados e censos que oferecem informações para os balanços hídricos apropriados, como a população urbana e rural de todos os municípios, e dados dos diversos setores econômicos, inclusive as áreas irrigadas, com relevância especial no uso da água; (c) dos municípios, porque estão muito próximos das realidades relevantes e dos contextos específicos.

A escolha de um tema auxilia o direcionamento da busca pelas fontes de informação. Entretanto, pode acontecer que, apesar da escolha de um tema mais específico, o universo da pesquisa ainda se configure de forma ampla. É o caso da situação ora apresentada neste

trabalho, cujo tema recursos hídricos, embora possa ser considerado como um assunto mais específico, ainda assim, desenha-se como vasto, pois envolve diferentes aspectos quando relacionados à sustentabilidade, seja na dimensão ambiental, seja na social e mesmo na dimensão econômica.

Além de se considerar a recomendação da *Organisation for Economic Cooperation and Development* sobre as fontes de informação, adota-se, também, como elementos balizadores da pesquisa, alguns critérios apontados como indicação de qualidade da fonte de informação (Tomaél *et al.*, 2004), tais como: (1) Informações de identificação: dados da instituição geradora do site; (2) Consistência das informações: assinaladas pelo nível de detalhamento e/ou desenvolvimento das informações, considerando a precisão dos dados; (3) Confiabilidade das informações: definida pela autoridade do produtor da fonte, observando-se a validade dos dados; (4) Adequação da Fonte ao tema da pesquisa: reporta-se ao nível do tratamento do assunto (Tomaél *et al.*, 2004; Rodrigues; Blattmann, 2014).

Levantamento dos dados e resultados da pesquisa

Uma das formas de se tentar trabalhar com um grande volume de informações é estabelecer uma ordem (organização), procedimento este já conhecido e adotado pelas bibliotecas. Esse comportamento continua sendo seguido por quem oferece a informação, ou seja, a fonte de informação. Assim, discorrer sobre fontes de informação disponíveis na Internet requer, necessariamente, a adoção de temas – advindos de uma ordem – que facilitem a sua localização.

Assim, sob o ponto de vista de uma ordem – e considerando o indicado no estudo da *Organisation for Economic Cooperation and Development* (2015) com apoio da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico - neste trabalho, a busca e análise das fontes de informação sobre recursos hídricos são definidas a partir de quatro categorias temáticas: (1) regulamentação; (2) usos da água (irrigação, abastecimento, indústria, hidroeletricidade, outros usos); (3) balanço hídrico (disponibilidade hídrica, qualidade e quantidade da água); (4) indicadores. Os resultados do levantamento apresentados como Fontes de Informação (instituição/sistema de origem) e Informação (conteúdo disponibilizado na fonte) foram os seguintes (*Quadro 2*).

As fontes de informação apresentadas no *Quadro 2* atendem duas das recomendações feitas pela *Organisation for Economic Cooperation and Development*: trabalhar com instituições responsáveis pela gestão de recursos hídricos e com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Em uma síntese dos resultados, observa-se que as fontes estão distribuídas nas temáticas definidas para a pesquisa, cada uma com seu respectivo conteúdo e URL – endereço do site na Internet.

Quadro 2. Fontes formais de informação no Brasil relacionados aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e a água.

Fonte de Informação	Informação
Temática: Regulamentação	
ANA	URL: https://www.ana.gov.br/monitoramento Normas (a) outorgas e fiscalização – que podem ser utilizadas para fiscalizar os usos de recursos hídricos nos corpos de água; (b) classificação das barragens; (c) auxilia na confecção do RSB; (d) recebe denúncias de não conformidade que afete a à segurança nas barragens; (e) cobrança; (f) política nacional de recursos hídricos; (g) resoluções e documentos normativos.
Portal da Câmara dos Deputados – Congresso Nacional	URL: https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao Legislação Decreto, Decreto Legislativo, Decreto-Lei, Emenda Constitucional, Lei Complementar, Lei Ordinária, Medida Provisória.
Temática: Usos da água	
ANA	URL: https://www.ana.gov.br/monitoramento (a) quantidade e qualidade da água – chuvas, reservatórios, água subterrânea, água superficial, rede hidrometeorológica nacional; (b) qualidade da água, (c) barragens – reúne informações a partir do SNISB; (d) mudanças climáticas e recursos hídricos – aplica medidas para melhorar a segurança hídrica e a capacidade do Brasil a novas realidades, contribui na confecção de documentos de diretrizes e planos de recursos hídricos.
IBGE	URL: https://www.ibge.gov.br/estatisticas/multidominio/meio-ambiente/20207-contas-economicas-ambientais-da-agua-brasil.html?=&t=downloads Contas Econômicas Ambientais Estatísticas sobre estoque e uso da água pela população e por setores da economia em âmbito nacional e por região, cuja medição e análise permite entender as interações entre a água e a economia.
SNIS	URL: http://www.snis.gov.br/painel-informacoes-saneamento-brasil/web/ Abastecimento de água, esgotamento sanitário, manejo dos resíduos sólidos urbanos, drenagem e manejo das águas pluviais urbanas.
Temática: Balanço Hídrico	
SNIRH	URL: https://www.ana.gov.br/monitoramento (a) quantidade e qualidade da água – chuvas, reservatórios, água subterrânea, água superficial, rede hidrometeorológica nacional; (b) barragens; (c) mudanças climáticas e recurso.
Portal Hidroweb	URL: http://www.snirh.gov.br/hidroweb Níveis fluviais, vazões, chuvas, climatologia, qualidade da água e sedimentos.
Temática: Indicadores	
IBGE	URL: https://odsbrasil.gov.br/ Indicadores brasileiros para os ODS; Indicadores brasileiros sobre cada uma das metas dos ODS.
IPEA	URL: https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=34776 Cadernos ODS – ODS 06. (a) diagnóstico sobre a situação do país em relação ao ODS 06; (b) análises sobre indicadores de monitoramento das metas; (c) avaliação dos principais desafios no Brasil para que se implemente a Agenda 2030 no período previsto.
SNIS	URL: http://appsniis.mdr.gov.br/indicadores/web/ Indicadores brasileiros sobre água, esgoto, águas pluviais urbanas e resíduos sólidos.

Fonte: Elaborado pelos autores (2020).

Notas: ANA: Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico; IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; IPEA: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; ODS: Objetivos do Desenvolvimento Sustentável; RSB: Relatório de Segurança de Barragens; SNIRH: Sistema Nacional de Informações sobre Recursos Hídricos; SNIS: Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento;

Todas as fontes apresentadas nos resultados desta pesquisa foram analisadas sob os critérios – mencionados anteriormente – estabelecidos para o levantamento: (1) informações de identificação; (2) consistência das informações; (3) confiabilidade das informações e (4) adequação da fonte ao tema da pesquisa.

No que se refere ao critério Informações de identificação, todas as fontes de informação indicadas no *Quadro 2* descrevem os dados facilmente identificados no site, como, por exemplo, a apresentação da instituição responsável, e-mail para contato, título e objetivo do conteúdo informacional disponibilizado, entre outros.

A qualidade das fontes de informação em relação ao critério Consistência das informações está presente nos conteúdos na ANA, SNIRH, ODS BRASIL IBGE, IPEA, SNIS. O conteúdo latente das fontes tem cobertura e nível de detalhamento nacional reconhecidas como um espaço potencial para dar suporte aos órgãos estaduais, comitês e agências de bacias hidrográficas. Enquanto fontes representativas na temática recursos hídricos remetem à Agenda 2030 e aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. Pode-se dizer que as informações são socialmente elaboradas e compartilhadas na linha do que a OECD (2015) recomenda para a governança da água no Brasil, ao orientar a elaboração de medidas políticas e com o envolvimento da sociedade para a coleta e disseminação das informações.

Outro atributo observado nas fontes de informação estudadas refere-se à Confiabilidade das informações que diz respeito à autoridade do produtor da fonte e validade dos dados. As fontes estão circunscritas na temática recursos hídricos de forma vinculada aos objetivos e diretrizes da Lei das Águas do Brasil, Lei n. 9.433/1997, isso legitima as fontes e cria uma representatividade perante a sociedade. A validade dos dados disponibilizados pelas fontes ganha respaldo de instituições que possuem um compromisso social e político na prática efetiva na temática recursos hídricos, como por exemplo, os Sistemas Estaduais de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SEGREG) que integram o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recurso Hídrico. A título de exemplo, pode-se citar a Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico que regula o acesso e o uso dos recursos hídricos de domínio da União com poder deliberativo sobre a Política Nacional de Recursos Hídricos.

No critério Adequação da Fonte ao tema da pesquisa, todas as fontes de informação atenderam a esta condição para a sua seleção nos resultados da pesquisa, uma vez que o conteúdo pertinente aos temas água e recursos hídricos foi fundamental para sua localização. Ademais, observa-se que as fontes de informação selecionadas respondem adequadamente aos objetivos apresentados no site para a exposição dos dados. Além do tema de interesse, as fontes selecionadas são legitimadas pelo reconhecimento notório da instituição responsável pelo site. A linguagem técnica dispensada ao tema é favorecida em seu entendimento pela facilidade propiciada pelos recursos de tecnologia de informação e comunicação (busca, combinação de dados, links *etc.*).

Considerações Finais

A abrangência do conceito atribuído ao tema sustentabilidade permite o desdobramento de uma extensa variedade de caminhos para a pesquisa. As diferentes dimensões pelas quais é tratada – ambiental, social, econômica, cultural, política, conhecimento *etc.* – impõe, necessariamente, aos estudos da sustentabilidade um olhar interdisciplinar no qual o entrelaçamento de diferentes ramos do “saber” se faz presente, trazendo contribuições para novos significados do conhecimento já estabelecido institucionalmente.

Especificamente a respeito da sustentabilidade da água ressalta-se a necessidade de um constante olhar por parte das instituições responsáveis pela gestão dos recursos hídricos e que discutem como superar os desafios da água para o desenvolvimento no Brasil, utilizando para isso fontes de informação qualificadas e reconhecidas no âmbito nacional e internacional.

Esse olhar interdisciplinar se faz presente na pesquisa ao trazer indicações de fontes de informação disponíveis na Internet relacionadas aos temas água – recursos hídricos. A relevância da reunião dessas fontes de informação – criteriosamente avaliadas e qualificadas neste estudo – se traduz na possibilidade de aplicação de seus conteúdos em atividades básicas, até mesmo preliminares, de pesquisa e de ensino sobre recursos hídricos face aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Na proposta apresentada, diante da quantidade de informações disponíveis na Internet sobre os temas água e recursos hídricos, a categorização em temáticas como (1) regulamentação; (2) usos da água (irrigação, abastecimento, indústria, hidroeletricidade, outros usos); (3) balanço hídrico (disponibilidade hídrica, qualidade quantidade da água) e (4) indicadores, facilita a organização das informações, podendo o *Quadro 2*. Fontes formais de informação no Brasil relacionados aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e a água – ser, inclusive, ampliado a partir de novos estudos. Em síntese, espera-se que esta publicação seja parte de um conjunto de novas pesquisas sobre outras fontes de informação para o tema água ou mesmo para outros temas relacionados à sustentabilidade, em sua essência interdisciplinar.

Referências

Araújo, W. C. O.; Inomata, D.; Varvakis, G. Desenvolvimento sustentável empresarial: o uso da gestão da informação. *Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação*, Campinas, v. 12, n. 3, p. 119-135, 2014.

Barreto, A. A. A condição da informação. *São Paulo em Perspectiva*, v. 16, n. 3, p. 67-74, 2002.

Brasil. Ministério do Meio Ambiente. *Resultado da Consulta Nacional*. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2002. Disponível em: http://www.mma.gov.br/estruturas/agenda21/_arquivos/resultcons.pdf. Acesso em: 10 out. 2020.

Burke, P. *Uma história social do conhecimento: de Gutenberg a Diderot*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

Carvalho, P. G. M.; Barcellos, F. C. *Os objetivos de desenvolvimento do milênio: uma avaliação crítica*. Rio de Janeiro: IBGE, 2015.

Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável. *Gerenciamento de riscos hídricos no Brasil e o setor empresarial: desafios e oportunidades*. Rio de Janeiro: CEBDS, 2015. Disponível em: <https://cebds.org/publicacoes/gerenciamento-de-riscos-hidricos/#.X4ZdS9BKjIU>. Acesso em: 12 out. 2020.

Coelho Neto, J. T. *Moderno pós-moderno*. 3. ed. São Paulo: Iluminuras, 1995. p. 13-39.

Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD). *Nosso futuro comum*. 2.ed. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 1991.

Dovers, S. R.; Handmer, J. W. Uncertainty, sustainability, and change. *Global Environmental Change*, v. 2, n. 4, p. 262-276, 1992. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/bs/pii/0959378092900448>. Acesso em: 10 out. 2020.

Elkington, J. *Canibais com garfo e faca*. São Paulo: M. Books, 2012.

Fernandez-Molina, J. C. Enfoques objetivo y subjetivo del concepto de información. *Revista Española de Documentación Científica*, v. 17, n. 3, p. 320-330, 1994.

Gil, A. C. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Indicadores brasileiros para os objetivos de desenvolvimento sustentável*. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2020. Disponível em: <https://odsbrasil.gov.br/>. Acesso em: 7 set. 2020.

Jacobi, P. Educação ambiental, cidadania e sustentabilidade. *Cadernos de Pesquisa*, n. 118, p. 189-205, 2003. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0100-15742003000100008&script=sci_abstract&lng=pt. Acesso em: 10 out. 2020.

Organisation for Economic Cooperation and Development. *Water security for better lives*. Paris: OECD Publishing, 2013. Available from: <https://www.oecd.org/publications/water-security-9789264202405-en.htm>. Cited: Oct 12, 2020.

Organisation for Economic Cooperation and Development. *Governança dos recursos hídricos no Brasil*. Paris: *OECD Publishing*, 2015. Available from: https://www.oecd-ilibrary.org/governance/governanca-dos-recursos-hidricos-no-brasil_9789264238169-pt. Cited: Oct. 12 2020.

Neiman, Z.; Barros-Freire, J. M.; Leitão, P. Política e sustentabilidade. In: Neiman, Z.; Barros-Freire, J. M.; Conti, D. M. (org.). *Sustentabilidade: uma política para o século XXI*. São Paulo: CD.G Casa de Soluções e Editora, 2020.

Nista, N. A. *et al.* Society and sustainable development: animal rights in sustainability discourse. *Ambiente & Sociedade*, v. 23, e02782, 2020. Available from: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-753X2020000100331&lng=en&nrm=iso. Cited: Oct. 11, 2020.

Novaes, W. Agenda 21: um novo modelo de civilização. In: Trigueiro, A. (org). *Meio ambiente no século 21*. Rio de Janeiro: Sextante, 2003.

Pinheiro, M. G. Informação para a indústria. *Ciência da Informação*, v. 20, n. 1, p. 16-19, 1991.

Pombo, O. Práticas interdisciplinares. *Sociologias*, n. 15, p. 208-249, 2006.

Richardson, R. J. *Pesquisa social: métodos e técnicas*. São Paulo: Atlas, 2017.

Rodrigues, A. D. *Comunicação e cultura: experiência cultural na era da informação*. 2. ed. Lisboa: Editorial Presença, 1999.

Rodrigues, C.; Blattmann, U. Gestão da informação e a importância do uso de fontes de informação para geração de conhecimento. *Perspectivas em Ciência da Informação*, v. 19, n. 3, p. 4-29, 2014.

Romeiro, A. R. Desenvolvimento sustentável: uma perspectiva econômico-ecológica. *Estudos Avançados*, v. 26, n. 74, p. 65-92, 2012.

Sachs, I. Estratégias de transição para o século XXI. In: Bursztyn, M. *Para pensar o desenvolvimento*

sustentável. São Paulo: Brasiliense, 1993. p. 29-56.

Sachs, I. *Caminhos para o desenvolvimento sustentável*. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

Tomaél, M. I. *et al.* Critérios de qualidade para avaliar fontes de informação na Internet. *In*: Tomaél, M. I.; Valentim, M. L. P. (org.). *Avaliação de fontes de informação na Internet*. Londrina: Eduel, 2004, p. 19-40.

United Nations. Report of the World Commission on Environment and Development: Our Common Future. New York: *United Nations*, 1987. Available from: <https://sustainabledevelopment.un.org/content/documents/5987our-common-future.pdf>. Cited: Oct. 10, 2020.

United Nations. The millennium development goals report. New York: *United Nations Organization*, 2015. Available from: [https://www.un.org/millenniumgoals/2015_MDG_Report/pdf/MDG%202015%20rev%20\(July%201\).pdf](https://www.un.org/millenniumgoals/2015_MDG_Report/pdf/MDG%202015%20rev%20(July%201).pdf). Cited: Oct. 10, 2020.

Veiga, J. E.; Zatz, L. *Desenvolvimento sustentável, que bicho é esse*. Campinas: Autores Associados, 2008.

Wolton, D. *Informar não é comunicar*. Porto Alegre: Sulina, 2010.

Como citar este artigo/*How to cite this article*

Januzzi, C. A. S. C. *et al.* Autor. Olhar interdisciplinar da sustentabilidade na busca de fontes de informação sobre a água no Brasil. *Sustentabilidade: Diálogos Interdisciplinares*. v. 1, e205162, 2020.

Recebido em 27/10/2020 e aprovado em 6/11/2020

